

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Barueri, 31 de dezembro de 2025

Em atenção ao disposto na Circular nº 3.964/2019, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas.

A Administração é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Carlos Henrique Cera
Presidente

Caroline Olivi de Abreu Machado
Contadora – CRC 1SP264947/O-5

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Relatório da Administração

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Superlógica SCD”) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) que opera de acordo com as normas regulatórias estabelecidas e tem por objetivo estruturar suas atividades conforme os requisitos regulatórios aplicáveis. Em 2022, foram implantados os sistemas e a infraestrutura necessária para integrar essa instituição à Rede do Sistema Financeiro Nacional.

Destaques Financeiros

No segundo semestre de 2025, a Superlógica SCD apresentou uma receita líquida de intermediação financeira de R\$55 milhões e com lucro líquido de R\$11 milhões.

A Superlógica SCD opera com as seguintes atividades:

- Pagamentos de boletos (PCR – Pagamentos Centralizados de Recebíveis)
- Registro de boletos (NÚCLEA e PCR – Pagamentos Centralizados de Recebíveis)
- Liquidação de boletos (NÚCLEA e SILOC – Sistema de Liquidação de Ordens de Crédito)
- TED – Transferências Eletrônicas Disponíveis (SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro/Conta de liquidação)
- PIX direto
- Liquidação de cartões (NÚCLEA e SLC - Sistema de Liquidação Financeira)
- Crédito Condominial (Capital de Giro)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Superlógica SCD”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Superlógica SCD, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Operações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 8, nº 9, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, as quais indicam que a Superlógica SCD mantém transações e saldos em montantes significativos com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4.d) I. às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução BCB nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Superlógica SCD é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Superlógica SCD continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Superlógica SCD ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Superlógica SCD.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

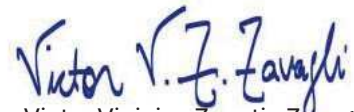
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Superlógica SCD. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Superlógica SCD a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025****(em Reais mil)**

ATIVO	Nota	31/12/2025	PASSIVO	Nota	31/12/2025
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	5	13.222	Passivos financeiros		
Ativos financeiros			Mensurados ao custo amortizado		
Mensurados ao custo amortizado			Depósitos	9	595.122
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 e 6 (a)	166.998	Impostos e contribuições a recolher		1.612
Operações de crédito	7	474	Obrigações trabalhistas a pagar		1.078
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)	7	(19)	Partes relacionadas	8 (a)	2.345
Mensurados ao valor justo por meio de resultados			Contas a pagar		1.301
Títulos e valores mobiliários	6 (b)	268.229	Provisão para riscos	11	14
Adiantamentos		230	Dividendos	10 (e)	205
Tributos a recuperar		41			
Total circulante		449.176	Total circulante		601.677
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativos financeiros			Capital social	10 (a)	20.015
Mensurados ao custo amortizado			Reserva legal	10 (c)	1.568
Operações de crédito	7	505	Reserva estatutária	10 (d)	12.655
Mensurados ao valor justo por meio de resultados					
Títulos e valores mobiliários	6 (b)	186.235			
Total não circulante		186.740	Total Patrimônio Líquido		34.238
TOTAL ATIVO		635.915	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		635.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	2º Sem. 2025	Exercício findo em 31/12/2025
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12	55.386	99.163
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		55.386	99.163
DESPESA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(19)	(19)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		55.367	99.144
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas de pessoal	13	(2.284)	(4.277)
Despesas gerais e administrativas	13	(19.323)	(32.081)
Despesas operacionais	13	(16.344)	(32.022)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		17.416	30.764
Despesas financeiras	14	(306)	(417)
Receitas financeiras	14	271	424
Resultado financeiro		(35)	7
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.381	30.771
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(5.693)	(10.286)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		11.688	20.485
Lucro por lote de mil ações em R\$		2,85	5,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais mil)**

	<u>2º Sem. 2025</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2025</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	11.688	20.485
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE E EXERCÍCIO	<u>11.688</u>	<u>20.485</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais mil)**

	Nota	<u>Reserva de lucros</u>					Total
		Capital social	Aumento de capital em aprovação pelo Bacen	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	
EM 30 DE JUNHO DE 2025		13.414	-	-	984	8.357	22.755
Aumento de Capital Social		-	6.600	-	-	(6.600)	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	11.688	11.688
Constituição Reserva Legal	10 (c)	-	-	-	584	(584)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	(205)	(205)
Constituição Reserva Estatutária	10 (d)	-	-	12.655	-	(12.655)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		13.414	6.600	12.655	1.568	-	34.238
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.100	9.314	-	544	-	13.958
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n° 4.966/21		-	-	-	-	-	-
EM 01 DE JANEIRO DE 2025		4.100	9.314	-	544	-	13.958
Aumento de Capital Social aprovado (Bacen)	10 (a)	9.314	(9.314)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.485	20.485
Aumento de Capital Social	10 (a)	-	6.600	-	-	(6.600)	-
Constituição Reserva Legal	10 (c)	-	-	-	1.024	(1.024)	-
Constituição Reserva Estatutária	10 (d)	-	-	12.655	-	(12.655)	-
Dividendos a pagar	10 (e)	-	-	-	-	(205)	(205)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		13.414	6.600	12.655	1.568	-	34.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais mil)**

	<u>Nota</u>	<u>2º Sem. 2025</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2025</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		11.688	20.485
AJUSTE AO LUCRO LÍQUIDO			
Provisão de IRPJ e CSLL	15	5.693	10.286
Provisão para riscos	11	1	14
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	19	19
LUCRO AJUSTADO		17.401	30.804
VARIAÇÕES NO ATIVO E PASSIVO			
Tributos a recuperar		-	(41)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	9	141.882	152.978
Redução (aumento) em instrumentos financeiros ativos	6	(114.116)	(134.400)
Operação de crédito	7	(979)	(979)
Obrigações tributárias		86	366
Obrigações trabalhistas		139	344
Outros passivos		387	626
Outros ativos		-	37
Adiantamentos		(25)	(205)
Contas a pagar partes relacionadas	8 (a)	(1.319)	413
Pagamento de IRPJ e CSLL		(5.651)	(10.110)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		37.805	39.832
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		37.805	39.832
Saldo de caixa e equivalente de caixa inicial	5	142.415	140.388
Saldo de caixa e equivalente de caixa final	5	180.220	180.220
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		37.805	39.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Superlógica SCD”), fundada em setembro de 2021, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 32, no bairro Alphaville Industrial, no Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado e controlada pela Superlógica Tecnologias S.A. (“Grupo Superlógica”), que detém 99,99% das ações da Companhia.

Tem por objetivo a realização de operações de empréstimo e financiamento, exclusivamente com recursos financeiros de capital próprio e, atua na prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros, permitindo a avaliação da capacidade de pagamento e o acompanhamento da inadimplência de clientes.

No contexto atual de suas atividades operacionais, a Companhia oferece contas de pagamento e emissão de moeda eletrônica, viabilizando o gerenciamento digital dos recursos transacionados. Nesse modelo, a instituição facilita operações de pagamento, incluindo a emissão e liquidação de boletos bancários, que funcionam como um dos principais instrumentos de recebimento e movimentação de valores, tanto para operações de crédito quanto para pagamentos de serviços e produtos.

A Companhia no segundo semestre de 2025, iniciou sua oferta de operação de crédito, tendo como finalidade a liberação de capital de giro para condomínios, a modalidade registrou atividades recorrentes no último trimestre do exercício.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2026.

A Administração considera que a Companhia detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Banco Central do Brasil (Bacen). Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mensuração do valor justo de ativos financeiros, vide nota explicativa 6.

b. Passivos contingentes

Contingências incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, premissas e julgamentos que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente, a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, considerando aqueles que possuem *rating* elevado (AAA, AA) junto as principais agências de risco. Representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são mantidas em operações compromissadas lastreadas nos títulos LFT, LTN e NTN, apresentadas pelo valor de aplicação e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, que estabelece os critérios para reconhecimento, mensuração, classificação, desreconhecimento e divulgação de instrumentos financeiros. Conforme referido normativo, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- i) A custo amortizado: Classificação aplicável quando a companhia tem a intenção e a capacidade de manter o ativo financeiro até o vencimento contratual. Nessa modalidade, o ativo é mensurado ao custo amortizado, sendo reconhecidas as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

- ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Utilizada quando o ativo financeiro é mantido com o propósito de recebimento dos fluxos de caixa contratuais e para eventual venda. Os ativos são mensurados pelo valor justo, com as variações reconhecidas em outros resultados abrangentes. Na baixa contábil, os valores acumulados são reclassificados para o resultado do período.
- iii) Ao valor justo por meio do resultado (VJR): Aplicável quando o ativo financeiro não atende ao teste dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPI) ou é mantido para negociação ativa. Nessa classificação, os ativos são mensurados ao valor justo, com as variações reconhecidas diretamente no resultado do período.

A Administração avaliou os ativos financeiros ajustados ao valor justo e concluiu que a adoção das práticas previstas na Resolução CMN nº 4.966 não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17.

c. Operações de Crédito

Empréstimo ofertado para condomínios, destinado a capital de giro, sendo garantido pela arrecadação mensal e formalizado via Cédula de Crédito Bancário (CCB). A elegibilidade é definida pelo rating de crédito, baseado principalmente na curva de inadimplência superior a 120 dias (D+120).

Conforme a Instrução Normativa Bacen nº 560/2024 e Resolução CMN nº 4.966/2021, é utilizado a metodologia simplificada para apuração de perdas esperadas, as exposições são classificadas em classes de risco de acordo com a natureza da garantia e o fluxo de recebimento de cada modalidade. (Nota explicativa nº 7).

A estrutura da modalidade (Bundles) é feita:

- i) Crédito + Conta Digital + IZ:** Maior integração, com garantia de repasse da garantidora e maiores limites de alavancagem, sendo classificada na carteira de risco C3
- ii) Crédito + Conta Digital:** Liquidação via débito automático em conta movimentação na SCD, sendo classificada na carteira de risco C3.
- iii) Crédito Puro (propter rem):** Pagamento via boleto ou link de pagamento, sendo classificada na carteira de risco C5.

A receita do produto é composta por juros remuneratórios e Tarifa de Cadastro (TAR), reconhecidos pelo método do custo amortizado e Taxa de Juros Efetiva (TJEO) ao longo do contrato.

Inadimplência Zero (IZ): Produto de garantia de direitos creditórios da Superlógica Tecnologias S.A. O pagamento das parcelas de crédito é realizado mediante o desconto automático no repasse da receita garantida ao condomínio.

d. Novas normas emitidas pelo Bacen

I. Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelece novos conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros.

A Companhia acompanhou o processo de adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e Bacen nº 352/23 e por ter um modelo de negócio simplificado não teve impactos relevantes em sua demonstração financeira com a adoção desta norma. Vide nota explicativa 17.

Em atendimento ao disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, a companhia optou por não apresentar valores comparativos dos períodos anteriores nestas Demonstrações Financeiras.

II. Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores - Arrendamento

Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do Bacen aos padrões das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não prevê impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desta norma, considerando que os contratos de arrendamento são reconhecidos integralmente pela Controladora.

III. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A partir do exercício de 2025, entrou em vigor o novo marco tributário (Lei nº 14.467/22) para perdas incorridas em créditos. O normativo altera substancialmente a forma de dedutibilidade fiscal, permitindo que as perdas sejam computadas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL de acordo com cronogramas específicos de inadimplência e garantias, em substituição ao modelo previsto na Lei nº 9.430/96.

IV. Resolução Bacen nº 517 de 3/11/2025

A Companhia adotou os critérios de classificação de atividades operacionais estabelecidos pela Resolução Bacen nº 517/2025, subsidiária à Resolução Conjunta nº 14/2025, para fins de apuração de capital mínimo. A Companhia avaliou que o novo modelo de cálculo, considera a natureza dos serviços prestados e a intensidade tecnológica, está em fase de implementação gradual, observando o cronograma de transição que se estende até janeiro de 2028.

e. Depósitos

Os depósitos representam os recursos mantidos por clientes em contas de liquidação, os quais estão disponíveis para saque imediato. Parte dos depósitos são remunerados.

f. Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira da Companhia compreendem: (i) resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez; (ii) receita de tarifas bancárias cobradas de clientes e interbancárias; (iii) receita de emissão e liquidação de boletos.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos e compreendem: (i) receita e despesas de juros; (ii) despesas bancárias; (iii) ganhos e perdas com aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários; e (iv) impostos sobre operações financeiras. Vide Nota Explicativa nº 14.

A “taxa de juros efetiva” desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro: (i) ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% de imposto de renda e 9% de contribuição social, acrescidas do adicional de 10% de imposto de renda sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no ano.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados, especificamente nos casos em que antecipações de pagamentos podem e devem ser utilizadas na apuração líquida do saldo remanescente a pagar.

i. Capital social

Ações

A Companhia possui ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não há ações em tesouraria e ações preferenciais emitidas.

j. Provisões

São determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflitam as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

I. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações disponíveis utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações disponíveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: informações disponíveis, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

m. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução Bacen nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 não houve resultado classificado como não recorrente.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercício 31/12/2025
Contas correntes em moeda nacional (a)	13.222
Aplicações interfinanceiras de liquidez (6a)	166.998
	180.220

- a) Contas correntes em moeda nacional: Os valores representam moeda em caixa em conta bancária, bem como recursos que possuem características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata concentradas em bancos comerciais de primeira linha.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Exercício 31/12/2025
<u>Ao custo amortizado</u>	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	166.998
<u>Ao valor justo por meio de resultado</u>	
Letras do tesouro nacional (b)	454.464
	621.462

- a) Aplicações interfinanceiras de liquidez: referem-se a operações compromissadas realizadas pela Companhia, lastreadas em títulos públicos federais (LFT, LTN e NTN). Estas aplicações são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos apropriados até a data do balanço. Devido à natureza dessas operações e ao vencimento em D+1, seu valor de mercado se aproxima do valor contábil (nível 2). Tais ativos compõem o lastro dos saldos de depósitos descritos na nota 9.
- b) A Companhia possui operações nos títulos LFT apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com vencimentos em 01/03/2026, 01/09/2026 e 01/03/2027, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota explicativa 9, conforme disposto na Resolução Bacen Nº 80, de 25 de março de 2021. Os valores com vencimento em 01/03/2027 registrados a longo prazo podem ser resgatados a qualquer momento, caso seja necessário para cumprir as obrigações de curto prazo da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Ao valor justo por meio de resultados - Títulos e valores mobiliários	Valor de custo amortizado	Valor de Mercado	Até 1 ano	de 1 a 2 anos
Títulos livres				
Letras Financeiras do Tesouro	454.470	454.464	268.229	186.235
Saldo total em dezembro 2025	454.470	454.464	268.229	186.235

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Companhia mantém registrado em seu ativo o saldo a receber referente a carteira de crédito condominial, sendo detalhada abaixo. O produto teve seu início em outubro de 2025 e será escalonado durante o ano de 2026.

	Exercício 31/12/2025
<u>Ao custo amortizado</u>	
Operação de crédito	1.420
Rendas a apropriar - carteira de crédito	(406)
Receitas a apropriar pela TJEO - carteira de crédito	(35)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(19)
	960

Classificação Carteira Risco	Valor Contábil	PDD	Valor Contábil Líquido
Carteira C3	595	12	583
Carteira C5	384	7	377
	979	19	960

A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2025 é composta por 6 operações com contrapartes distintas (CNPJs únicos). A concentração do risco de crédito apresenta o maior devedor detendo 39,2% do saldo total da carteira (equivalente a R\$ 384 mil na Carteira C5), enquanto os demais 5 devedores (Carteira C3) representam, em conjunto, 60,8% da exposição total.

(a) classificação de risco com base na modalidade Brundle do contrato.

Prazo Carteira	Valor Contábil
Carteira Curto Prazo até 365 dias	474
Carteira Longo Prazo após 365 dias	505
	979

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é parte do grupo econômico que possui a Superlógica Tecnologias S.A. (“Grupo Superlógica”) como controladora.

Durante o ano, a controladora realiza atividades administrativas, cujo custos e despesas são compartilhados entre as empresas e reembolsadas à controladora mensalmente através de nota de débito.

A seguir estão demonstrados os valores transacionados durante o ano de 2025:

a. Contas a pagar

	Exercício 31/12/2025
Contas a pagar	
Superlógica Tecnologias S.A.	2.151
PJBANK Pagamentos S.A.	194
	2.345

b. Depósitos

A Companhia detém registrado em seu passivo saldo de partes relacionadas a contas de pré-pagamento, conforme abertura abaixo. O saldo total de depósitos está demonstrado na nota explicativa 9.

	31/12/2025
PJBank Pagamentos S.A.	263.865
Superlógica Tecnologias S.A.	27.008
Webagile Tecnologia Ltda.	1.383
	292.256

c. Receitas e despesas entre empresas

Receitas com prestação de serviços

	2° Sem. 2025	Exercício 31/12/2025
PJBank Pagamentos S.A.	10.274	20.403
	10.274	20.403

Despesas administrativas rateadas

	2° Sem. 2025	Exercício 31/12/2025
Superlógica Tecnologias S.A.	9.746	17.275
	9.746	17.275

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DEPÓSITOS

A Companhia mantém registrado em seu passivo o saldo de contas de clientes relacionadas a contas de pagamento pré-pagas, que se assemelham a contas de depósito à vista no seu funcionamento. O respectivo lastro está detalhado na Nota Explicativa nº 6. Parte dos depósitos são remunerados.

	Exercício 31/12/2025
Saldo conta de clientes	302.866
Saldo conta empresas do grupo	292.256
	595.122

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 20.015, dividido em 4.100.000 (4 milhões e cem mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, em 12 de maio de 2025, foi aprovado pelo Bacen o aumento de capital de R\$9.314.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 6.600 sem emissão de novas ações, integralizado mediante a capitalização do lucro líquido do exercício de 2025.

O aumento de capital ocorrido no exercício findo 31 de dezembro de 2025 está em processo de aprovação pelo Bacen.

b. Ações ordinárias e preferenciais

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações preferenciais.

c. Constituição da Reserva Legal

É constituída obrigatoriamente para empresas de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da Empresa, deixar de receber créditos, quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu a reserva legal no valor de R\$584, totalizando no exercício o valor de R\$1.568. (Em junho de 2025 foi constituído o valor de R\$440)

d. Constituição da Reserva Estatutária

O estatuto social da Companhia determina em seu art. 21, o saldo remanescente do lucro líquido, após as constituições de reservas legais e a provisão para dividendos obrigatórios, possui destinação deliberada pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente de lucros destinados à reserva estatutária totaliza R\$12.655.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina em seu art. 21 a distribuição de dividendos anuais em pelo menos 1% do resultado do período, ajustado a forma da lei, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação de reserva legal nos termos do art. 22, inciso II da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação da Administração e dos acionistas, podendo ser decidida em Assembleia Geral a retenção parcial ou total dos resultados, caso seja identificada a necessidade de preservação dos recursos para investimentos, reforço de capital ou outras finalidades estratégicas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu dividendos no de valor R\$205, com previsão de liquidação após a Assembleia Geral Ordinária de 2026

f. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade, incluindo qualquer administrador (executivo, diretor ou outro) e inclui salários e benefícios de mercado. Os pagamentos são efetuados diretamente pela controladora Superlógica Tecnologias S.A. e repassados para as demais empresas do Grupo por meio de rateio de despesas.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura no polo passivo de 5 processos de natureza cível, cujas expectativas de perda e quantidades são assim classificadas:

- i) Provável: 1 processo no montante de R\$ 14, com provisão integralmente constituída;
- ii) Possível: 3 processos que totalizam R\$ 30, para os quais não há constituição de provisão conforme práticas contábeis; e

A Administração utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, em consonância com os preceitos do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Cabe esclarecer que, conforme CPC mencionado acima, a Companhia não constituiu provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e remota. Adicionalmente, informamos que não há processos de natureza ativa (contingências ativas) registrados ou que requeiram divulgação nesta data.

12. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do semestre e exercício:

	2° Sem. 2025	Exercício 31/12/2025
Receita com títulos e valores mobiliários	48.844	85.699
Receita com tarifas de boletos	10.274	20.403
Receita com juros de operações de crédito	29	29
Rendas com tarifas de crédito	2	2
Receita Bruta	59.149	106.133
Deduções:		
Impostos (a)	(3.763)	(6.971)
Receita líquida	55.386	99.163

a) Os impostos sobre as receitas são compostos por Imposto Sobre Serviços (ISS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

13. DESPESAS POR NATUREZA

	2° Sem. 25	Exercício 31/12/2025
Despesas operacionais (a)	(16.344)	(32.022)
Despesas administrativas (b)	(16.452)	(26.600)
Despesas de processamento de dados (c)	(2.667)	(4.937)
Despesas com pessoal	(2.284)	(4.277)
Despesas com consultoria e auditoria	(204)	(544)
Resultado custos e despesas	(37.951)	(68.380)
Demonstração do resultado do exercício		
Despesas de pessoal	(2.284)	(4.277)
Despesas gerais e administrativas	(19.323)	(32.081)
Despesas operacionais	(16.344)	(32.022)
Resultado custos e despesas	(37.951)	(68.380)

a) **Despesas operacionais:** São compostos por custos com emissão, processamento, liquidação boletos e repasse da remuneração das contas pré-pagas.

- b) **Despesas administrativas:** São compostos por rateio de *coworking*, telefonia, reembolso a funcionários e associação de classe.
- c) **Despesa de processamento de dados:** São compostos por gastos com os sistemas de *backoffice* pelos serviços de manutenção, mensalidade, customização e suporte técnico.

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2º Sem. 2025	Exercício 31/12/2025
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(281)	(365)
Multas passivas	(25)	(52)
	<u>(306)</u>	<u>(417)</u>
Receitas Financeiras		
Ajuste a valor de mercado	271	424
	<u>271</u>	<u>424</u>
Resultado Financeiro	<u>(35)</u>	<u>7</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente às alíquotas aplicadas foram:

	2º Sem. 2025	Exercício 31/12/2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	17.381	30.771
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<u>(5.909)</u>	<u>(10.462)</u>
Adições permanentes	(28)	(70)
Adições temporárias	4	(7)
Outros (a)	240	253
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do período	<u>(5.693)</u>	<u>(10.286)</u>

- a) O saldo de outros refere-se aos incentivos fiscais apurados no período, bem como à parcela de isenção no valor de R\$ 240 mil aplicada sobre a base de cálculo do adicional de Imposto de Renda (IRPJ).

16. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCO E DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. Para isso, busca-se equilibrar rentabilidade e segurança, mantendo níveis adequados de alavancagem e assegurando a solidez financeira da Companhia.

Por enquadrar-se na segmentação S5 e possuir características de perfil de risco simplificado, as exigências e composição de requerimento de capital para a Companhia é realizada a partir da metodologia simplificada.

O gerenciamento de capital é conduzido em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen, observando os requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Nível de Capital Principal e Indicadores de Basileia, conforme regulamentação vigente. A Companhia adota práticas de gestão prudencial para garantir o cumprimento das exigências regulatórias, mitigar riscos e assegurar uma estrutura de capital compatível com a natureza e complexidade das suas operações.

a. Governança corporativa

A Companhia adota uma política de gestão corporativa de transparência e ética na condução das atividades e das relações institucionais, assegurando uma geração de valor perene e condições de desenvolvimento sustentável e longevidade.

b. Gerenciamento de capital

A Companhia acompanha tempestivamente o nível aceitável de capital exigido pelo órgão regulador conforme Resolução nº 4.606/17 do Bacen, que determina a metodologia para a apuração do Patrimônio de Referência Simplificado e mantém em conformidade com os requisitos prudenciais, observando um limite mínimo do Índice de Basileia de 23%, em linha com as exigências regulatórias aplicáveis à sua categoria operacional, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	147.108
Patrimônio Líquido de referência	34.238
Patrimônio Líquido de referência exigido	25.008
Margem sobre o Patrimônio Líquido de referência	<u>9.230</u>
Índice de Basileia	23,27%

c. Gerenciamento dos riscos

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco, em conformidade com as Resoluções CMN 4.557/17 e 4606/17.

Estas políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. As principais classes de risco aos quais a companhia está exposta são: risco de liquidez, risco operacional, risco de cibersegurança e risco de crédito.

I. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco proveniente das contas a receber de clientes é nulo dado o momento do reconhecimento de suas receitas, e o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Companhia iniciou a oferta de produto de crédito no segundo semestre de 2025, onde seu risco é categorizado conforme sua modalidade de pagamento, descrito na nota explicativa nº 4 (c).

II. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros.

III. Risco de mercado

A Companhia realiza o controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição.

IV. Risco cibernético

A Companhia administra os riscos cibernéticos inerentes às suas operações, adotando tecnologia avançada e processos estruturados para a identificação e proteção do ambiente digital, bem como para a detecção, resposta e recuperação diante de ameaças e incidentes.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos voltados à mitigação dos riscos de segurança cibernética, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dos sistemas utilizados.

V. Risco operacional

A análise de riscos baseia-se no mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes e sua mitigação a partir dos controles necessários.

17. IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDA NA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021 E 352/23 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 352/23 e alterações posteriores, estabelece novos conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esse conjunto de normas do Banco Central do Brasil entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

a. Da adequação da estrutura e tecnologia

Capacitação e disseminação dos impactos das mudanças na organização

Devido aos impactos das mudanças, a Administração da Superlógica SCD promoveu a participação dos colaboradores envolvidos nos processos e procedimentos afetados em cursos e outros eventos para o aprofundamento do conhecimento nas normas e na adequação das estruturas de compliance, controles internos, operações e tecnologia. A Superlógica SCD também contou com consultoria especializada para apoiar na definição, na elaboração e na adequação das políticas e manuais de procedimentos relacionados à classificação, modelos de negócios, testes, homologação e implementação do novo Padrão Contábil COSIF e dos critérios contábeis aplicados.

Implementação das mudanças na estrutura tecnológica e sistemas

Para atendimento à Resolução CMN Nº 4.966/2021 e as normas complementares, às rotinas dos sistemas impactados foram devidamente adequadas para as mudanças necessárias e estabelecidas pelo instrumento legal. Foram mapeados os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros que impactam diretamente os sistemas, contemplando esforços, nas etapas de desenvolvimento, parametrização, configuração, testes internos e testes envolvendo o ambiente de homologação disponibilizado pelo Banco Central do Brasil.

Atualização do plano de contas contábil aplicadas às Instituições Financeiras

Em complemento às alterações introduzidas pela Resolução mencionada, a partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor uma reformulação do Plano Contábil denominado agora de Padrão Contábil das Instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) em que foi modificada a estrutura do elenco de contas e respectivos códigos numéricos, promovendo ajustes na organização das contas, estabelecendo novas diretrizes e limitando os níveis de agregação.

As mudanças foram formalizadas nos seguintes normativos do Banco Central do Brasil

- **Resolução Bacen nº 92/2021** – que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF;
- **Instrução Normativa Bacen nº 318/2022** – que define os subgrupos contábeis do elenco de contas

do COSIF;

- **Instruções Normativas Bacen nº 426 a 433/2023**, atualizadas pelas **Instruções Normativas Bacen nº 493 a 500/2024** – que detalham as rubricas contábeis do elenco de contas do COSIF, abrangendo os seguintes grupos:

(i) Ativo realizável e permanente;

(ii) Grupos de compensação ativa e passiva;

- (iii) Passivo exigível;
- (iv) Patrimônio líquido; e
- (v) Resultado credor e devedor.

b. Dos Impactos Decorrentes da Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021

Para cumprir os novos requisitos contábeis, a Companhia, na qualidade de Sociedade de Crédito Direto — e, portanto, equiparada a instituição financeira por força de lei — adotou a Resolução CMN nº 4.966/21. Em 31 de dezembro de 2024, seus ativos financeiros estavam contabilizados com base nos critérios aplicáveis então vigentes. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia passa a classificar e mensurar seus ativos financeiros segundo os modelos previstos na Resolução CMN nº 4.966/21, conforme abaixo.

Os principais impactos relacionados ao modelo de negócios identificados foram:

Reclassificação de ativos financeiros: A Companhia realizou a avaliação do seu modelo de negócio e do teste de fluxo de caixa contratual (Somente Pagamento de Principal e Juros – SPPJ) para os seus ativos financeiros. Com base nesta análise e na intenção da Administração de gerir os ativos para a obtenção de resultados por meio da negociação, ou pela impossibilidade de enquadramento estritamente nos critérios de VJORA, os referidos ativos permaneceram classificados na categoria de Valor Justo por meio do Resultado (VJR), não havendo reclassificações para Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) no período.

Os ativos financeiros mensurados a valor justo foram avaliados com base em preços de mercado obtidos junto a fontes públicas e confiáveis, cujos valores são apurados em mercados com alto volume de negociação. Portanto, tais ativos são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme previsto na política interna de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Visto que a Companhia optou pela manutenção da categoria de mensuração (VJR), não foram identificados impactos no patrimônio líquido ou no resultado do exercício decorrentes de alterações de classificação.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de março de 2026, os acionistas aprovaram a reversão integral do saldo da Reserva Estatutária, no montante de R\$ 12.655, para a distribuição de dividendos. Referido valor tem como base o saldo apurado nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

19. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que dispõe sobre a alteração das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre as Sociedades de Crédito Direto (SCD).

A referida norma estabelece um escalonamento da alíquota da CSLL, sendo: (i) 9% (alíquota vigente) aplicável até 31 de março de 2026; (ii) 12% para o período entre 1º de abril de 2026 e 31 de dezembro de 2027; e (iii) 15% a partir de 1º de janeiro de 2028.

A Administração da Companhia avaliou os impactos dessa alteração e eles serão refletidos nas demonstrações financeiras conforme o início da vigência de cada alíquota.

Carlos Henrique Cera

CEO

Caroline Olivi de Abreu Machado

Contadora

CRC: SP-264947/O-5

Marcos Vinicius do Nascimento

CFO